

Transitoriedade na Educação: *docentes temporários na educação básica brasileira*

Transience in Education:
temporary teachers in Brazilian basic education

Transitoriedad en la educación:
docentes temporales en la educación básica brasileña

🔗 VANESSA VIEBRANTZ OSTER*

Instituto Federal do Tocantins, Palmas – TO, Brasil.
Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

🔗 ANGELA MARIA MARTINS**

Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

🔗 EDMAR LUCAS FERREIRA SEHNEM***

Prefeitura Municipal de Mongaguá, Mongaguá – SP, Brasil.
Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

RESUMO: Este trabalho decorre de pesquisa exploratória, de método misto, tratando da precarização do trabalho docente no Brasil, a partir da sistematização de dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, 2022. Foram analisados os números de docentes com contratos temporários, para identificar os vínculos precários no magistério em estados e municípios. Considerando esses dados, as redes estaduais e municipais possuem 360.913 e 405.905 contratos temporários. Parte das redes de ensino descumprem o Plano Nacional de Educação – PNE, que estabelece o percentual de 90% de

* Doutoranda no programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo. Professora de química no Instituto Federal de Educação do Tocantins. *E-mail:* <vanessaoster@ifto.edu.br>.

** Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais na Universidade Cidade de São Paulo. *E-mail:* <ange.martins@uol.com.br>.

*** Doutorando no programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo. Diretor de Departamento de Ensino da Prefeitura Municipal de Mongaguá – SP. *E-mail:* <lucasferreirasehnem@gmail.com>.

professores/as efetivos/as. Os contratos temporários prejudicam a valorização da carreira docente e a qualidade da educação pública. Para valorizar o trabalho docente, é preciso garantir segurança profissional, formação adequada e igualdade de oportunidades. A realização de concurso público para a efetivação de professores/as é uma medida que assegura esses direitos, além de fortalecer a gestão democrática e participativa nas escolas.

Palavras-chave: Contrato Temporário. Flexibilização da Carreira Docente. Relações trabalhistas. Precarização.

ABSTRACT: This article is the result of exploratory and mixed method research and deals with the precariousness of teaching work in Brazil based on the systematization of data from the 2022 School Census of the National Institute of Pedagogical Studies – INEP. The numbers of teachers with temporary contracts were analyzed to identify precarious links in teaching in states and municipalities. Considering these data, state and municipal networks have 360,913 and 405,905 temporary contracts. Part of the education networks do not comply with the National Education Plan – PNE, which establishes the percentage of 90% of effective teachers. Temporary contracts harm the appreciation of the teaching career and the quality of public education. To appreciate teaching work, it is necessary to guarantee professional security, adequate training and equal opportunities. Holding a public competition to hire teachers is a measure that ensures these rights, in addition to strengthening democratic and participatory management in schools.

Keywords: Temporary Contract. Flexibility of the Teaching Career. Working relationships. Precariousness.

RESUMEN: Este trabajo es el resultado de una investigación exploratoria, de método mixto, que aborda la precarización del trabajo docente en Brasil, a partir de la sistematización de datos del Censo Escolar del Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos – INEP, 2022. Se analizó el número de docentes con contratos temporales para identificar los vínculos docentes precarios en estados y municipios. Considerando estos datos, las redes estatales y municipales cuentan con 360.913 y 405.905 contratos temporales. Parte de las redes educativas no cumplen con el Plan Nacional de Educación – PNE, que establece el porcentaje del 90% de docentes efectivos/as. Los contratos temporales perjudican la

valorización de la carrera docente y la calidad de la educación pública. Para valorar la labor docente, se necesita garantizar la seguridad profesional, la formación adecuada y la igualdad de oportunidades. La realización de un concurso público para la contratación de docentes es una medida que garantiza estos derechos, además de fortalecer la gestión democrática y participativa en las escuelas.

Palabras clave: Contrato temporal. Flexibilización de la carrera docente. Relaciones laborales. Precarización.

Introdução

No Brasil, o acesso à educação pública e de qualidade é um direito constitucional, mas enfrenta muitos desafios para ser implementado. Para assegurar esse direito a todos os/as cidadãos/ãs em idade escolar, é necessário que sejam adotadas políticas públicas que promovam a universalização do acesso aliada a uma educação de qualidade. E para que os/as professores/as possam desenvolver suas atribuições com as habilidades necessárias, é preciso a implementação de políticas que garantam uma carreira sólida e boa formação. Até o início de 2024, entretanto, no que se refere à carreira docente, ainda estamos aquém do cenário ideal, uma vez que se observa a ampliação da precarização da carreira desses/as profissionais.

Um dos principais fatores que contribuem para esse processo é a contratação de professores/as temporários/as. Considerando os dados disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP sobre as redes públicas de Educação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), esses/as profissionais com vínculo descontínuo representam aproximadamente 40% dos/das regentes de sala que atuam na Educação Básica brasileira. A contratação de professores/as temporários/as contradiz a legislação vigente, na qual a valorização docente é um processo envolvendo uma série de diretrizes: a Constituição Federal de 1988 – CF/88; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996 – LDBEN; o Plano Nacional de Educação, Lei n. 13.005/2014 – PNE; e os Planos Estaduais e Municipais de Educação – PEE/ PME, que devem ser atrelados ao Plano Nacional de Educação.

A contratação de professores/as temporários incide em uma série de desdobramentos, como a rotatividade e a interrupção dos processos de aprendizagem de alunos/as, assim como a instabilidade profissional, uma vez que esses/as professores/as não têm a garantia de continuidade no emprego – o que pode levar à falta de motivação e comprometimento com o trabalho. Pode gerar, também, desigualdade de oportunidades, já que os/as professores/as temporários/as, em geral, são contratados/as para atuar em escolas nas

quais não há contingente docente suficiente para as demandas; essas escolas geralmente estão localizadas em áreas mais vulneráveis, onde os desafios educacionais são maiores.

Nessa direção, a pesquisa apresentada tem como objetivo analisar os números de professores/as temporários/as vinculados/as à rede pública de educação básica do país, por meio de dados publicizados no Censo Escolar 2022, em interlocução com pesquisas correlatas ao tema.

Novas formas de organização do trabalho: flexibilização e precariedade

Ao Estado compete a formulação e a implementação de políticas sociais, que, segundo Maria Carmelita Yazbek (2005), são um conjunto de medidas que visam garantir o bem-estar e a proteção social dos/das cidadãos/ãs, especialmente os/as mais vulneráveis e excluídos/as. A literatura na área aponta que, desde fins dos anos de 1990, novas formas de gestão – denominadas de modo geral, como neoliberais – promoveram reformas nas políticas sociais e econômicas, acentuando a predominância do capital financeiro em detrimento da soberania das nações e do poder político centralizado nas instâncias executivas. A globalização impôs novos desafios para o *modus operandi* do Estado, pois afetou seus limites territoriais, sua soberania e sua capacidade de intervenção (ORTEGA & SILVA, 2020).

Neste contexto, Ângela Maria Martins (2001) identificou um duplo movimento: os governos procuram responder internamente às demandas da sociedade civil e operam, simultaneamente, negociando demandas externas, econômicas e políticas. Nesse jogo contraditório, a reforma no aparato de funcionamento das instituições governamentais ocorre por meio da desregulamentação da economia; da privatização das empresas estatais; da abertura de mercados; da flexibilização nas relações sociais de produção com forte impacto no mundo do trabalho; da reforma nos sistemas de previdência social, saúde e educação entre outros.

Nessa perspectiva, as relações trabalhistas do setor público também foram atingidas pela flexibilização de contratos. Os impactos do neoliberalismo na carreira dos/das servidores/as públicos/as são diversos e negativos, pois implicam em precarização das condições de trabalho, desvalorização salarial, flexibilização dos direitos trabalhistas e fragilização da representação sindical. Além disso, o neoliberalismo promove uma lógica de gestão baseada em eficiência, produtividade e competição, desconsiderando as especificidades e demandas dos diferentes setores e categorias do serviço público (ALVES, 2017). Outro ponto é a intensificação dos regimes especiais de trabalho no serviço público; essas contratações, que eram extraordinárias e estão hoje em ascensão, fazem com que a estabilidade – uma característica do serviço público – deixe de existir, dando lugar a uma situação laboral instável.

A precarização do trabalho aumentou visivelmente nas décadas de 1990 e 2000, por conta do impulso das políticas neoliberais. Suas inconsistências e fragilidades atingiram diversos grupos laborais, entre os da indústria, do setor de serviços e os que realizam o trabalho intelectual, incluindo educadores/as (CASTRO NETA *et al.*, 2020). Essa situação na Educação passa a reproduzir as desigualdades e contradições do sistema capitalista, refletindo-se nas políticas públicas educacionais de vários países, incluindo o Brasil, que vive um processo de privatização, desregulamentação e flexibilização do sistema público de educação.

Precarização da carreira docente no Brasil

A fragilização da carreira docente é um fenômeno complexo e multifacetado, abrangendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Citam-se como principais causas dessa precariedade baixos salários, sobrecarga e condições inadequadas de trabalho, incentivo à formação continuada, falta de infraestrutura, violência escolar, desvalorização social e profissional, entre outras (ARAÚJO *et al.*, 2020). As consequências da precarização do trabalho docente são graves e comprometem a qualidade da Educação e o desenvolvimento humano. Na dimensão objetiva, a precarização se manifesta nas relações contratuais instáveis, na falta de direitos trabalhistas e na perda de autonomia pedagógica dos/das professores/as. Na dimensão subjetiva, a precarização se revela nos sentimentos de angústia, frustração, desmotivação e adoecimento dos/das docentes (CASTRO NETA *et al.*, 2021).

As políticas públicas de Educação devem considerar as diversidades socioeconômicas, culturais e regionais existentes no país; logo, é preciso que sejam elaboradas de acordo com os grupos sociais que pretendem atender, visando o acesso à Educação pública e de qualidade, de forma equânime e igualitária, a todo/a cidadão/ã (SAMPAIO & MARIN, 2004; PEREIRA, 2007; GATTI, BARRETO & ANDRÉ, 2011).

A partir dos anos 1980, ocorre o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e a expansão desordenada do ensino superior. A preocupação com o processo de ensino e aprendizagem passa a ser secundária, priorizando-se, a partir daí, os resultados expressos nas notas obtidas em avaliações externas pelas instituições de ensino (BORGES & CECÍLIO, 2018). Segundo João Antônio Cabral de Monlevade (2000), o investimento na Educação nesse período não foi proporcional ao número de matrículas, o que acarretou inúmeros problemas, como o aumento da jornada de trabalho dos/das docentes, que tiveram de atender a um número maior de turmas. Corroborando essa ideia, Patrícia Regina Piovezan e Neusa Maria Dal Ri (2016) assinalam que:

Apesar da relevância e da necessidade da expansão do ensino no Brasil, ela foi realizada à custa da precarização dos direitos trabalhistas dos docentes, uma vez que não 'era possível', de acordo com as verbas destinadas à educação, expandir

as contratações dos professores mantendo o padrão de jornada de trabalho e nível salarial (PIOVEZAN & DAL RI, 2016, p. 181).

Em meados da década de 1980, professores/as, sindicatos e demais entidades representativas do magistério passaram a demandar providências para a melhor estruturação das escolas e a implementação de políticas públicas que efetivassem a valorização docente no país. Em 1988, a Constituição Federal – CF/88 marcou o campo educacional, trazendo elementos que ampliaram o debate sobre a necessidade da valorização da carreira docente. Contudo, a descontinuidade das políticas educacionais e as reformas impositivas sofridas pela Educação consolidaram a precarização desse trabalho, caracterizado por um grupo de profissionais desmotivados/as, desvalorizados/as, sem voz ativa. Esse desmonte tem causado o adoecimento de muitos/as profissionais e o desinteresse pela profissão. Em vista disso, destaca Júlio Emílio Diniz Pereira (2007):

Quando as condições do trabalho docente são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimentos e de saberes. O professor torna-se um mero “*dador de aulas*”. Não há tempo para o estudo e para análises sistematizadas da prática docente (PEREIRA, 2007, p. 90; grifos do autor).

Alda Junqueira Marin (2010) vincula a fragilidade da carreira docente à expansão do neoliberalismo, percebido com maior força na Educação a partir de 2002, implicando em mudanças negativas na profissão. A autora relata as principais, caracterizadas por:

flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; e, ainda, algumas especificações da esfera tais como valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos (MARIN, 2010, n. p.).

Lúcia Bruno (2011) também confirma a baixa produtividade docente como resultado da precarização:

Intensificar o trabalho do professor, aumentar a jornada e reduzir o valor da sua força de trabalho por meio de baixos salários, são mecanismos típicos da mais-valia absoluta. Historicamente, isso gera apatia e desinteresse dos docentes por seu trabalho, o que, por sua vez, agrava o quadro de baixa produtividade e compromete ainda mais a qualidade do ensino (BRUNO, 2011, p. 559).

Nessa perspectiva, Ricardo Antunes e Luci Praun (2015) analisaram a literatura sobre a precariedade do trabalho e suas implicações para a Educação brasileira, especialmente no contexto do capitalismo contemporâneo. Relatam que a precarização do trabalho docente é um fenômeno complexo e diverso, que afeta sua organização, a formação e a identidade

profissional; as inconsistências na carreira dos/das profissionais que atuam nas escolas estão afetando a qualidade do ensino e o direito dos/das alunos a uma educação de qualidade. O autor e a autora alertam sobre os riscos e desafios que os/as docentes enfrentam em sua prática e pleiteiam dos/das gestores/as públicos/as ações efetivas para a valorização docente. Provocam, também, os sindicatos, citados como imprescindíveis no contexto da sociedade capitalista a organização para proteger os interesses e direitos desse grupo social. Abília Ana de Castro Neta *et al.* (2020) realizaram uma pesquisa semelhante, mas além da literatura, apropriando-se das concepções de duas professores da rede pública da Bahia:

o fenômeno da precarização afeta consideravelmente o seu lócus de trabalho. Não obstante marcado pela flexibilização, intensificação, descumprimento da legislação educacional, a flexibilização das formas contratuais, a perda de autonomia sobre o processo de trabalho, a responsabilização, a competitividade, a desprofissionalização, a degradação, a educação e o labor da classe trabalhadora a serviço do capital, o sofrimento psíquico, o adoecimento e alienação dessa categoria profissional (CASTRO NETA *et al.*, 2020, p. 21 -22).

Perante o cenário precário para a carreira do magistério no Brasil, enfatiza-se a necessidade de repensar as políticas de formação docente, para que se assegurem boas condições de trabalho, remuneração, formação, reconhecimento, além ouvir os/as profissionais nas decisões políticas que afetam a Educação.

Metodologia

Este estudo tem caráter exploratório e assume a metodologia mista, com a finalidade de alcançar uma perspectiva mais abrangente, combinando uma análise macro e micro do problema, conforme Zaia Brandão (2011).

É uma ilusão imaginar que a multiplicação de análises microssociais permitiriam uma forma mais adequada de reconstrução das configurações sociais gerais (estruturais), ou que se poderiam alcançar configurações pela reconstrução diversificada e ampliada das configurações particulares. O mundo da experiência tem uma capacidade inesgotável de recriar e construir novas formas de interações e padrões coletivos de valores que se desdobram em ações significativas complexas no plano individual (interações face a face) e no plano macrossocial. A arte do pesquisador, ao que parece, estaria exatamente na sua capacidade de escolher o instrumento de análise mais adequado ao problema de pesquisa que o desafia e as possibilidades empíricas do campo de investigação em que se coloca (BRANDÃO, 2011, p. 164).

A pesquisa de métodos mistos baseia-se na complementação de procedimentos quantitativos e qualitativos de coleta e análise de dados. O surgimento desse método nas ciências sociais deve-se à complexidade dos problemas sociais e educacionais. Rosano André Dal-Farra e Paulo Tadeu Campos Lopes (2013) indicam que uma forma de

enriquecer a pesquisa é integrar as abordagens qualitativa e quantitativa, permitindo explorar diferentes aspectos do tema em estudo e contribuindo na análise mais completa e fundamentada, que orienta melhor a tomada de decisão.

Em pesquisas na área educacional, encontram-se predominantemente metodologias qualitativas, contudo, o uso de dados estatísticos é relevante, pois possibilita visualizar a frequência com que os problemas se repetem, além de permitir, a partir do processamento dos dados, verificar a evolução ou diminuição dos índices do fenômeno examinado. Porém, como aponta Bernadete Gatti (2004), os números precisam estar ancorados em um robusto referencial teórico:

primeiro os números, frequências, medidas, tem algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer, ou seja, da qualidade teórica e perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações (GATTI, 2004, p. 13).

No que tange à pesquisa bibliográfica, trata-se de um procedimento que utiliza fontes secundárias, com estudos já publicados sobre o tema, pois isso possibilita agrupar, analisar e sintetizar o conhecimento sobre o problema examinado, bem como identificar as lacunas e as limitações contidas na literatura, evitando a duplicação de esforços e a repetição de erros. Dessa forma, para Maria Margarida de Andrade (2010):

constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Para a pesquisa documental, usou-se a previsão legal disposta na CF/1988, na LDBEN e PNE. Os dados estatísticos foram relacionados a partir do no Censo Escolar realizado pelo INEP 2022.

Análises e resultados

Os/As professores que possuem contrato por tempo determinado com as redes públicas de ensino são denominados/as de várias formas, em função dos estados e das redes de ensino em que atuam. De acordo com Celina Souza (2006), ao nível nacional não existe uma padronização de nomenclatura e muito menos de condições de trabalho para os/as professores/as temporários/as. Nessa linha, Denise Soares Miguel (1996) indica:

Pelo menos da década de 40 até meados da década de 50, os docentes não efetivos recebiam, por lei, a denominação de “extranumerários” mensalistas ou diaristas. Com a Lei 2.172 de 23 de novembro de 1959, eram denominados “extranumerários” mensalistas, diaristas e contratados. Mais tarde, professores “substitutos” ou “designados a título precário” (MIGUEL, 1996, p. 36).

O termo “ocupantes de função atividade” para designar os/as temporários/as na rede pública de São Paulo foi citado por João Batista Silva dos Santos (2022) e Paulo Tadeu de Moraes (2016). Ocupantes de Função-Atividade – OFA, especificamente categorias O e L, caracterizam o grupo de temporários/as e os/as professores/as eventuais – como o próprio nome sugere, para “necessidade eventual de seu trabalho”. Já no Espírito Santo, esse grupo de trabalhadores/as é chamado de “professor de designação temporária – DT” (JANN, 2016). No Paraná, são chamados/as de “professores suplementares”, “professores de processo seletivo simplificado – PSS” (NAUROSKI, 2014; SOUZA, 2016) e ainda, “professores designados em Minas Gerais” (AMORIM *et al.* 2023). Além dessas denominações, existem outras designações e formas de contratação que precarizam a carreira docente, podendo-se elencar, segundo Celina Souza (2018), professor/a monitor/a e professor/a oficinairo/a.

Independentemente da nomenclatura, todos/as esses/as profissionais estariam apenas ‘de passagem’ pelas redes públicas de ensino, assim, não contribuiriam – ou contribuiriam muito pouco – para fortalecer o projeto político pedagógico das redes em que atuam. A eles/elas não é oportunizada a ascensão na sua profissão, pois não são contemplados/as com o plano de carreira, além de não terem acesso à formação continuada. Trabalham de forma insegura e instável, podendo perder o vínculo a qualquer momento e, em virtude da baixa remuneração e da não ascensão na carreira, precisam buscar outras fontes de renda paralelas às atividades que desenvolvem como contratados/as temporários. Neste contexto, Leda Scheibe (2010) destaca a importância do plano de carreira, que oferece aos/as profissionais oportunidades de progressão na trajetória profissional, com promoções e benefícios baseados em mérito e formação continuada.

Considerando os dados do INEP – 2022, foram elaboradas para este trabalho três tabelas que possibilitam uma visão geral da quantificação dos/das professores/as com vínculo descontinuado na educação básica do Brasil. Destaca-se que foram utilizados os dados disponíveis nas sinopses estáticas do censo escolar. Segundo o INEP, essas sinopses correspondem a “um instrumento importante de divulgação dos resultados da pesquisa, pois permite um acesso democrático, rápido e transparente a gestores, estudantes, pesquisadores, imprensa e sociedade em geral”¹.

A tabela 1 traz a quantificação dos/das professores/as a partir da sua forma de contratação na educação básica pública do Brasil, no ano de 2022, considerando dados da Educação Básica das três esferas de governo:

Tabela 1: Quantificação de professores/as a partir da sua forma de contratação na Educação Básica pública do Brasil – INEP, 2022

	Efetivos/as – Estáveis	Contratos temporários	Contrato terceirizado	Contrato CLT
Federal	32.619	4.664	215	125
Estadual	340.049	360.913	884	12.508
Municipal	823.652	405.905	7.033	27.893

Fonte: Elaboração e organização dos autores baseados nos dados do Censo Escolar de 2022.

Observa-se que mais dois grupos são mantidos com vínculo precário nas redes públicas de ensino: os/as professores/as terceirizados/as e os/as regidos/as pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aproximadamente 50 mil profissionais nas redes estaduais e municipais. Destaca-se que esses dois grupos não foram objeto desta pesquisa.

A partir dos dados apresentados, observa-se que as redes estaduais e municipais mantêm, respectivamente, 360.913 (50,5%) e 405.905 (32 %) professores/as com contrato temporário. A tabela 2 retrata a evolução dos números de professores/as com contratos temporários no Brasil, considerando os resultados dos censos escolares de 2014 - 2022, que compreendem o período de vigência do PNE, implementado pela Lei nº 13.005/2014 para o interstício de 2014-2024.

Tabela 2: Evolução nos números de professores/as com vínculo temporário nas escolas estaduais e municipais (2014-2022)

	Rede Estadual	Rede Municipal
2014	241.350	294.140
2015	263.746	298.019
2016	267.081	290.840
2017	255.444	297.820
2018	275.942	301.036
2019	266.155	302.719
2020	252.214	299.107
2021	291.959	291.246
2022	360.913	405.905

Fonte: Elaboração e organização dos autores baseados nos dados do Censo Escolar de 2014-2022.

O número de contratos temporários diminuiu ligeiramente em 2020 e 2021. É necessário citar que nesse período o mundo passava por um severo processo pandêmico. As escolas fecharam e muitos/as alunos/as ficam sem aulas. Esses dados permitem inferir

que houve cortes de contratos e que, além disso, os/as professores/as que permaneceram empregados/as foram submetidos/as à sobrecarga de trabalho, pois houve redução de corpo docente, em consequência do ensino remoto emergencial.

Na tabela 3 são apresentados os dados sobre os/as professores/as temporários/as lotados/as na Educação Básica das redes municipais e estaduais do Brasil, a partir do censo de 2022. É retratada a distribuição dos/das professores/as temporários/as por estado e rede de ensino, permitindo analisar a situação da docência nas unidades federativas do país, demonstrando que o número de professores/as com vínculo temporário é um problema presente em praticamente todas as redes públicas de ensino.

Tabela 3: Número de professores/as em cada estado do Brasil e no Distrito Federal, com os respectivos percentuais de contratos temporários

Estado	Total de professores/as na rede estadual	Temporário/a na rede estadual (%)	Total de professores/as nas redes municipais	Temporários/as nas redes municipais (%)
Acre	5.986	4.306 (72%)	4.866	2.540 (52,1%)
Alagoas	8.072	3.082 (38,2%)	25.188	13.061 (51,8%)
Amapá	6.376	1.806 (28,3%)	4.091	1.197 (29,3%)
Amazonas	17.268	1.414 (8,2%)	32.228	16.903 (52,4%)
Bahia	26.338	9.161 (34,8%)	109.008	34.881 (32%)
Ceará	18.692	10.421 (55,8%)	68.686	29.448 (42,9%)
Espírito Santo	11.707	8610 (73,5%)	31.340	15.216 (48,4%)
Goiás	19.220	10.000 (52%)	30.911	7.464 (24,14%)
Maranhão	17.794	8.598 (48,3%)	84.949	37.583 (44,2%)
Mato Grosso	16.450	10.532 (64%)	18.951	8.660 (45,7%)
Mato Grosso do Sul	11.158	7.998 (71,7%)	21.853	10.731 (49,1%)
Minas Gerais	109.805	77.739 (70,8%)	112.359	37.966 (33,8%)
Pará	16.625	3.006 (18,1%)	62.498	28.475 (45,5%)
Paraíba	12.382	11.908 (96,2%)	27.890	11.222 (40,2%)
Paraná	45.494	21.042 (46,3%)	71.192	8.624 (12,1%)
Pernambuco	21.775	13.163 (60,45)	47.503	22.454 (47,3%)
Piauí	13.276	5.917(44,6%)	29.837	9.376 (31,42 %)
Rio de Janeiro	34.217	1.465 (4,3%)	78.856	13.429 (17,1%)
Rio Grande do Norte	8.389	1.507 (18%)	19.482	5.773 (29,6%)
Rio Grande do Sul	38.506	21.530 (55,9%)	62.432	10.693 (17,1%)
Rondônia	6.398	1.600 (25%)	7.711	883 (11,4 %)
Roraima	4.437	2.053 (46,3%)	3.886	1.149 (29,6%)
Santa Catarina	29.226	19.102 (65%)	52.519	22.191 (42,2%)

Estado	Total de professores/as na rede estadual	Temporário/a na rede estadual (%)	Total de professores/as nas redes municipais	Temporários/as nas redes municipais (%)
São Paulo	181.269	87.169 (48,1%)	232.867	47.559 (20,4%)
Sergipe	6.620	1.562 (23,6%)	13.104	4.232 (32,3%)
Tocantins	7.793	6.028 (77,4%)	10.742	4.478 (41,7%)
Distrito Federal	20.695	10.707 (51,73%)		

Fonte: Elaboração e organização dos autores baseados nos dados do INEP, 2022.

Observa-se que, das 27 unidades federativas analisadas, apenas a rede pública estadual do Rio de Janeiro encontra-se de acordo com a legislação, apresentando o percentual de 4,3% de professores/as com vínculo temporário, inferior ao limite de 10% previstos na legislação. Considerando os dados referentes às redes municipais de cada estado brasileiro, todas estão em situação de descumprimento da legislação. Os municípios do Paraná e de Rondônia estão próximos ao limite máximo estabelecido, apresentando, respectivamente, 12,1 e 11,4% de professores/as temporários/as.

A contratação de professores/as temporários/as prevista no escopo legal, referenciando-se aqui o PNE do decênio 2014-2024, é uma medida que deve acontecer eventualmente, limitada a 10% do número total de docentes vinculados/as às secretarias de Educação. Os/As professores/as temporários/as, contratados/as por um período determinado, devem ser nomeados/as a partir de processos seletivos simplificados, para substituir professores/as efetivos/as que se afastam por licença médica, maternidade ou capacitação, ou ainda, para ocupar vagas que não foram preenchidas por concurso público (BRASIL, 2014).

Mas o que se vê são estados e municípios contratando docentes de maneira não criteriosa. Não existe forma de seleção, e a contratação acontece de maneira totalmente subjetiva, por indicações políticas. Nessa direção, é preciso ter ‘padrinhos/madrinhas’ que, preferencialmente, componham o poder legislativo (vereadores/as, prefeitos/as, deputados/as), ou ser ‘amigo/a’ dos/das gestores/as, para conseguir a vaga temporária. Esses ‘compromissos de campanha’ são, possivelmente, os motivos para que os/as dirigentes dos entes federados não realizem concursos públicos para o preenchimento dos cargos permanentes e os ocupem com contratos temporários. Os/As docentes que concluíram recentemente suas licenciaturas não têm a oportunidade de ingressar na carreira de forma permanente, portanto, acabam se submetendo ao vínculo temporário para ingressar no mercado de trabalho.

Dan Lurie Tavares Fonsêca *et al.* (2019) mostram que uma maneira de manipular os/as eleitores/as é oferecer benefícios, empregos ou cargos políticos em troca do voto. A prática, conhecida como clientelismo, é comum em grandes e pequenas cidades brasileiras. O/A eleitor/a torna-se cliente do/da gestor/a, numa posição de dependência e

obediência, pois acredita que deve retribuir os favores. O clientelismo enfraquece a democracia e a participação popular porque reduz o voto à obtenção de bens.

Demonstrando que a falta de concurso para o preenchimento de vagas permanente do serviço público preconiza o desmonte das carreiras, Marinalva Nunes Fernandes (2015) traz como apontamento, em sua tese, o fato de os/as políticos/as assumirem compromissos com a população por meio de contratos temporários. Segundo a autora, esses contratos deixaram de ser atos públicos pontuais e tornaram-se regra no serviço público, ignorando a prerrogativa legal que é o concurso público. Diante desse cenário de contratações precárias, para João Rodrigues Guimarães Filho (2004), a ocupação de cargos públicos por indicação política ou de gestores/as leva à descontinuidade de programas, projetos e ações governamentais, em função da rotatividade, diminuindo a qualidade e eficiência dos serviços ofertados.

Matheus Felisberto Costa e Rafael Mueller (2020) estudaram as condições de trabalho dos/das professores/as admitidos/as de forma temporária pelo magistério público de Santa Catarina e enfatizaram que a expansão do modelo de produção flexível, baseado nos princípios de livre iniciativa, redução do papel do Estado, regulação econômica e precarização das condições de trabalho são aspectos que levaram a um retrocesso histórico nos direitos da classe trabalhadora. Em grande medida, as mobilizações sociais dos/das trabalhadores/as, que antes se organizavam em torno da aquisição ou ampliação de direitos, passaram a se voltar contra a perda dos direitos adquiridos. Desta maneira, os processos políticos que visam reduzir a despesa e o investimento nas áreas sociais, incluindo a Educação, parecem favorecer os interesses do capital na mercantilização dos direitos historicamente adquiridos. Assim, a precarização do ensino torna-se uma situação permanente, com a atuação de trabalhadores/as temporários/as, não sendo apenas uma medida, mas o sinal de um projeto truncado para enfraquecer o corpo docente.

Para que exista a valorização docente e, simultaneamente, seja estabelecida uma identidade para a rede pública de ensino, fortalecida pela formação continuada do quadro de professores/as, é preciso que o ingresso para exercer a profissão em escolas públicas seja unicamente por meio de concurso público, de provas e títulos; assim, pode ser estabelecida uma carreira sólida e assegurado o direito ao plano de carreiras a todos/as os/as servidores/as. Essa ideia é ratificada pelas pesquisas de doutorado de Michael Daian Pacheco Ramos (2020) e Marcelo Nogueira de Souza (2016), ao enfatizarem que a melhoria da educação pública ofertada depende de um quadro estável de professores/as e de boas condições de trabalho.

A prática da contratação temporária exclui os/as profissionais das 'vantagens' dispostas nos planos de carreiras, tirando o direito a progressões, promoções e conduzindo à desvalorização docente, exacerbando a alternância de professores/as e repelindo novos/as profissionais para a carreira do magistério. Outra consequência importante a ser destacada é a interrupção nas relações de trabalho dos/das docentes oriundas da rotatividade

nas instituições de ensino, ocasionada pelos encerramentos dos contratos temporários. Para Allan Kenji Seki *et al.* (2017) essa prática é uma “tragédia anunciada” para as ações pedagógicas das escolas, mostrando suas principais consequências.

Não é difícil imaginar as consequências para a ação pedagógica desse movimento oscilatório: rompimento de vínculos com a equipe da escola; dificuldade de contrair vínculos com os alunos; dificuldades de elaborar planejamentos ou mesmo de escolher os materiais didáticos com os quais irá trabalhar; dificuldades de inserção nas relações familiares e comunitárias inerentes à escola; impossibilidade de construir uma carreira na rede pública de ensino; entraves para seguir com a formação, especializações e pós-graduações, pois estão fora dos planos de carreiras; limites no amadurecimento das próprias formas de intervenção pedagógica – a lista é inesgotável (SEKI *et al.*, 2017, p. 952).

Muitas vezes, o grupo de carreira instável não tem força para defender o seu posicionamento pedagógico e, justificando suas práticas, sentem que perdem a autonomia e acabam por não ter segurança para reagir em situações de conflitos escolares. Todo esse cenário colabora para o enfraquecimento e a fragilização da carreira do magistério. A incerteza da permanência do vínculo empregatício estabelecido traz dificuldades para os/as professores/as manterem laços com os/as alunos/as “os professores PSS atuam no vácuo, ‘nas sobras’ deixadas pelos estatutários” (NAUROSKI, 2014, p. 53).

Os/As professores/as com vínculos temporários sujeitam-se a algumas situações como forma de assegurar a sua relação de trabalho com a unidade federativa. Em seu recente trabalho de doutoramento, Márcio Kleber Moraes Pessoa (2021) analisou as transformações na organização do trabalho docente na rede estadual do Ceará, apontando que mais de 50% dos/das docentes que atuam na referida rede de ensino são trabalhadores/as temporários/as. Essa prática de relação trabalhista causa forte pressão nos/nas trabalhadores, que por conta da estafa, adquirem problemas de saúde, apresentando atestados médicos; e essa descontinuidade das atividades laborais leva a ‘penalizações’ como a não renovação contratual.

Para Ana Maria Borges, os/as docentes que mantêm a carreira com contratos temporários “constituem os boias-frias da educação escolarizada” (BORGES, 1995, p. 120). Para a autora, essa precarização do trabalho docente é habitual e repetitiva, nos estados e municípios brasileiros.

Considerações finais

Professores/as temporários/as são aqueles/as que lecionam por determinado período e não possuem vínculo efetivo com a rede de ensino. Eles/Elas representam grande parte do ensino público no Brasil, praticamente 40% dos/das docentes das redes públicas. Seu desempenho enfrenta diversos desafios, como a instabilidades profissional, baixos salários, falta de formação contínua, dificuldade de integração na escola e desvalorização

social. A prática da contratação temporária dos/das docentes impacta negativamente na carreira desses/as profissionais, na formação dos/das alunos/as e contribui para a não efetivação da qualidade da educação pública.

Diante dessa situação, e para superar esses desafios, é necessário que sejam adotadas políticas públicas que promovam a valorização do trabalho docente, garantindo a estabilidade profissional, a formação adequada e a igualdade de oportunidades para todos/as os/as professores/as. A realização de concurso público para a efetivação desses/as trabalhadores/as é o caminho para que tenham a garantia de seus direitos trabalhistas, incentivo a formação inicial e formação continuada, promovendo o fortalecimento da gestão democrática e participativa nas escolas.

Recebido em: 01/11/2023; Aprovado em: 12/03/2024.

Notas

1 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/sinopses>>. Acesso em: 26 out. 2023.

Referências

- ALVES, Charles Alberto de Souza. *A política de remuneração dos professores da rede estadual de educação básica do Pará*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9508>. Acesso em: 19 abr 2023.
- AMORIM, Marina Alves; DE ARAÚJO, Ana Luiza Gomes & SALEJ, Ana Paula. A condição docente dos professores da rede estadual de educação de minas gerais: a situação dos designados. *Educação em Foco*, v. 28, n. 1, p. e28017-e28017, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/39011>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANTUNES, Ricardo & PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, p. 407-427, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- ARAÚJO, Silvânia Brito *et al.* Valorização, precarização e reconhecimento dos professores de creches universitárias. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 221-235, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12780>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- BORGES, Ana Maria. Professor ACT: descartável ou imprescindível? *Perspectiva*, v. 13, n. 23, p. 119-126, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10636>>. Acesso em: 31 out. 2023.

BORGES, Elisabete Ferreira & CECÍLIO, Sálua. O trabalho docente no Brasil [década de 1950 aos dias atuais]: a precarização no contexto de (re) democratização. *Holos*, v. 5, p. 177-194, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.6535>. Acesso em 30 de out. 2023.

BRANDÃO, Zaia. A dialética micro/macro na sociologia da educação. *Cadernos de pesquisa*, n. 113, p. 153-165, 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000200008&script=sci_abstract. Acesso em: 22 abr.2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso: 10 set.2023

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, p. 1. Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 545-562, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/rbedu/a/BbvhJPJGSYw9TCWrYS7mfmb?fo_rmat=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 maio 2022.

CASTRO NETA, Abília Ana *et al.* Contextos da precarização docente na educação brasileira. *Revista Exitus*, v. 10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1261>. Acesso em: 12 set. 2023.

CASTRO NETA, Abília Ana *et al.* Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des) continuidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 2067-2082, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i3.14842>. Acesso em: 22 ago. 2023.

COSTA, Matheus Felisberto & MUELLER, Rafael. Flexibilização e precarização do trabalho docente. *Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p. 181-197, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.52321>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DAL-FARRA, Rossano André & LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. *Nuances: estudos sobre Educação*, v. 24, n. 3, p. 67-80, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2698>. Acesso em: 12 set. 2023

DE MONLEVADE, João Antonio Cabral. *Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas/SP, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2000.204217>. Acesso em: 12 set. 2023.

FERNANDES, Marinalva Nunes. *TEMPO E SALÁRIO: AS CONTRADIÇÕES DA LEI DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/738/1/MARINALVA%20NUNES%20FERNANDES.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2022.

FONSÊCA, Dan Lurie Tavares *et al.* Educação, paternalismo e clientelismo: identificando o aprendizado de sala de aula nas questões sociopolíticas. In: *Anais IV Congresso Nacional de Educação*, Editora Realize. 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID3226_22092017075215.pdf. Acesso em: 31 out. 2023

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 01, p. 11-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2022.

- GENTILLI, Pablo. Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. In: *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 2000.
- GUIMARÃES FILHO, João Rodrigues. *A estabilidade do servidor público concorre para a manutenção do interesse público e eficiência na administração pública*. Monografia (Especialização) - Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000040.pdf>>. Acesso em: 09 out.2021.
- JANN, Margaret. *O acesso e a permanência dos professores contratados nas instituições educativas: uma análise de suas experiências*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/8568>>. Acesso 19 set. 2023.
- MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli & VIEIRA, Livia Maria Fraga. *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010 Disponível em: <<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/331-1.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2022.
- MARTINS, Angela Maria. *Autonomia e gestão da escola pública: entre a teoria e a prática*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 2001. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1590060>>. Acesso em: 12 set. 2023.
- MIGUEL, Denise Soares. *O trabalho temporário no magistério público estadual de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 1996. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76451>>. Acesso em: 19 set. 2023.
- MORAIS, Paulo Tadeu de. *Trajetórias de professores migrantes instalados no município de Francisco Morato entre as décadas de 1990 e 2000*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2016.965289>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- NAUROSKI, Everson Araujo. *Trabalho docente e subjetividade: A condição dos professores temporários (PSS) no Paraná*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38054>>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- ORTEGA, Any & SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Dicionário de conceitos políticos. *São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista-Alesp*, 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24369_arquivo.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. *Educação & Linguagem*, v. 10, n. 15, p. 82-98, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n15p82-98>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- PESSOA, Márcio Kleber Moraes. *Análise das transformações na organização do trabalho docente de professores da rede estadual do Ceará*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://www.uece.br/ppgsociologia/pesquisa/dissertacoes-teses-e-relatorios/teses-teses-2021/>>. Acesso: 15 set. 2023.
- PIOVEZAN, Patrícia Regina & DAL RI, Neusa Maria. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: 20 anos de reformas. *ETD*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 178-197, abr. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/etd.v18i1.8635567>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- RAMOS, Michael Daian Pacheco. *Condições de trabalho docente de professores de escolas rurais do território do Piemonte da Diamantina-Bahia*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <<https://saberaberto.homologacao.uneb.br/items/a7476beb-a141-4208-92f9-af2c06f7de08>>. Acesso em: 31 out. 2023

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira & MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação & Sociedade*, v. 25, p. 1203-1225, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400007>>. Acesso em: 17 maio 2022.

SANTOS, João Batista Silva dos. *Uma perspectiva da precarização dos professores temporários da educação básica no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.48.2022.tde-18012023-121941>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: Questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul/set 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mWcpFS3HxSpLjHRgxW3cnhK/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 28 out. 2023.

SEKI, Allan Kenji et al. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 3, p. 942-959, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10526/5968>>. Acesso: 10 set. 2023

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SOUZA, Marcelo Nogueira de. *Políticas públicas de educação no Paraná: as condições de trabalho de professores temporários e o efeito de território na alocação de docentes como variáveis de análise*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43733>>. Acesso em: 31 out. 2023

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. *Revista Praia Vermelha*, v. 18, n. 1, p.72- 95-16, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufjf.br/index.php/praiavermelha/issue/view/Issue/753/755>>. Acesso em 12 set. 2023.